



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

PROCESSO SELETIVO PARA DOCENTES

Edital nº 01 ESPEN/ DEPEN/ MJ

A Diretora da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN, no uso das atribuições previstas pela Portaria nº 3.123, de 3 de dezembro de 2012, art. 7º, torna pública a abertura de processo seletivo, com vistas ao cadastramento de docentes das disciplinas que serão ministradas no Curso de Formação Profissional das carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária, de Agente Penitenciário Federal e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Justiça, referente ao concurso público regido pelo Edital nº 1 – DEPEN, de 17 de abril de 2015.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O processo seletivo será regido por este Edital e executado pela Escola Nacional de Serviços Penais (ESPEN).

1.2 A seleção para os docentes de que trata este Edital ocorrerá em uma única fase, de análise de requerimento de inscrição e documentos comprobatórios, além de avaliação de vídeo-aula encaminhada pelo candidato à ESPEN (ver itens 4.3 a 4.6).

1.2.1 A seleção compreenderá o seguinte:

- a) avaliação do requerimento de inscrição e da certificação comprobatória dos dados informados, de caráter eliminatório; e
b) avaliação de arquivo de gravação de aula expositiva, em vídeo (com áudio), em formato .wma, .wmv, .mpg, .mpeg, .avi, .mov, .mp4, .3gp, .asf, de caráter eliminatório e classificatório, nos termos do constante dos itens 4.3 a 4.6 deste Edital, com voz e imagem pessoal do candidato.

2. DAS VAGAS

2. Serão ofertadas vagas para as disciplinas definidas no quadro a seguir:

Eixo	DISCIPLINA	COMPONENTES CURRICULARES	Formação Exigida
Eixo Introdutório	Fundamentos históricos do controle punitivo	- História das prisões e do controle punitivo: surgimento, transformações no Brasil e no Mundo; Teorias da punição como privação de liberdade. Concepção da prisão como instituição.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.
	Fundamentos políticos e sociológicos da prisão e da pena	-Responsabilização criminal, respostas institucionais alternativas à prisão e outros mecanismos de solução de conflitos; Teorias da punição: restrição e privação de liberdade; Controle e repressão na formação das sociedades modernas; Poder punitivo e democracia: Estado Penal e Estado Democrático de Direito; Sociedade Brasileira e prisões; o fenômeno do encarceramento massivo no Brasil contemporâneo; Sistema de Justiça Penal.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Fundamentos jurídicos da responsabilização criminal	- Limites constitucionais do Poder Punitivo do Estado; O Sistema Prisional sob a ótica constitucional: competências e papéis tripartites (Legislativo, Judiciário e Executivo); Introdução geral à Execução Penal. Conceito, finalidades da Lei de Execução Penal, natureza jurídica, autonomia do Direito de Execução Penal, humanização da execução penal, garantias processuais e legais, competências.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Eixo Intermediário	Administração Pública aplicada ao Sistema Penitenciário Nacional	-Gestão Prisional: conceitos, fundamentos e práticas intersetoriais; Modelos de Gestão Prisional com foco na promoção de direitos e garantia das assistências; Licitações e contratos; Orçamento e finanças. -Regime jurídico dos servidores do DEPEN; Gestão de Pessoas, gestão de competências, liderança e trabalho em equipe; Gestão de Processos na Rotina Prisional; Gestão de Projetos para o Sistema Penitenciário.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	DEPEN: organização e atribuições	-Organização do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN: Gabinete, Comunicação Social e o DEPEN, Diretoria do Sistema Penitenciário Federal - DISPF, Corregedoria, Diretoria de Políticas Penitenciárias - DIRPP, Ouvidoria do Sistema Penitenciário Nacional, Diretoria Executiva. (atribuições, atividades, Diretorias e Coordenadorias – importância para a política prisional nacional); Escola Nacional de Serviços Penais – ESPEN.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

Eixo Intermediário	População prisional e Políticas Públicas	-Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Interfaces entre políticas públicas e política criminal. Formulação de Políticas para a População Prisional: intersectorialidade e multidimensionalidade da política prisional; Arranjo de políticas penitenciárias: federalismo, Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, recursos e implementação. Papel do DEPEN na articulação interfederativa, instrumentos de gestão (ex: termos de parceria, convênios); Assistência à saúde: A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional e outras formas; Diversidade Populacional e Transversalidade de políticas: interseccionalidade raça/ etnia, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência, questões culturais e outras; Assistência à Educação (promoção da escolaridade, remição pela leitura, atividades educacionais, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec, Educação de Jovens e Adultos - EJA, Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, etc.); Assistência social à pessoa privada de liberdade e seus familiares; fortalecimento de vínculos; Políticas de Trabalho no Sistema (Programa de Capacitação Profissional - PROCAP e outras); Remição; Assistência Material; Assistência Jurídica.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Participação Social e controle da Execução Penal	-Órgãos de controle social; Papel da Sociedade Civil na Execução da Pena; Participação Familiar; Sigilo de Informações; Órgãos: Ouvidorias, Conselhos Penitenciários, Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP, Conselhos da Comunidade, Defensoria Pública; O Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos: sociedade civil e controle internacional; Direito à Denúncia e Informação/ Mecanismos de Proteção.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Sistemas de Informação e Gestão Penitenciária	-Produção de Diagnósticos Nacionais sobre o Sistema Penitenciário; Noções sobre Lei de Acesso à Informação e Classificação de Informações; O Sistema Integrado de Administração Penitenciária – SIAPEN; O Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – SISDEPEN; Gestão da Informação para comunicações internas e externas; O Sistema Eletrônico de Informações do Ministério da Justiça.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Eixo Avançado 1	Tratamento Penitenciário	- Regras Mínimas de Tratamento de Prisioneiros da Organização das Nações Unidas e sua Revisão. Regras de Mandela aplicadas ao Sistema; Rotinas práticas e protocolos de atenção à pessoa privada de liberdade: alimentação, vestuário, higiene, saúde, etc; Integração entre políticas sociais e assistências no tratamento penitenciário; Prevenção e Combate à Tortura; Manual de Tratamento Penitenciário integrado para o sistema penitenciário federal; Históricos de vida, horizontes pessoais e possibilidades de superação de óbices individuais das pessoas privadas de liberdade.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Educação Física	- Condicionamento físico e saúde: importância para as rotinas prisionais; Treinos de resistência, flexibilidade e força.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Educação Física ou Ciências da Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Uso Progressivo e Proporcional da Força	- Uso Progressivo da Força: da regularidade à excepcionalidade; Técnicas de condução, imobilização e intervenção em ambiente prisional; Importância do uso progressivo para segurança integral do sistema (presos e agentes).	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Segurança Penitenciária	- Visão integrada de segurança do ambiente prisional: segurança dos servidores/ funcionários das unidades em compasso com a segurança da população prisional; Uso de equipamentos: detectores de metais, coletes, uniformes, algemas, videomonitoramento, etc; Situações de atenção; Mediação de conflitos como estratégia preventiva; Os diferentes atores que interagem no interior dos estabelecimentos prisionais; Classificação, Inclusão e Remoção. A Comissão Técnica de Classificação: noções básicas; Técnicas de Radiocomunicação; Radiocomunicação e inteligência (a importância da linguagem cifrada); Segurança da informação e uso das ferramentas de comunicação.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

Eixo Avançado 1	Técnicas e Tecnologias Menos Letais	- Tecnologias menos letais; Pistola Taser.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Armamento e Tiro	- Carga de conhecimentos teóricos e práticos exigida para o porte de armamento de fogo; A excepcionalidade do uso da arma de fogo. - Riscos do porte de arma de fogo: pessoais e sociais.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC e Certificação de Instrutor de Armamento e Tiro.
	Ética Profissional	- Regime disciplinar servidores; Procedimentos de Correição; Ética Profissional e Postura no cotidiano.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
Eixo Avançado 2	Procedimentos de Escolta	- Escolta Pessoal do Detento; Escolta em grupos; Procedimentos e rotinas em que os tipos de Escolta se aplicam; Escolta armada; Escolta hospitalar/ atendimento saúde.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Procedimentos Disciplinares e Correcionais aplicados à Pessoa Privada de Liberdade	- Procedimentos de disciplina voltados aos internos: direitos e deveres das pessoas privadas de liberdade; responsabilidades da Administração; Importância da disciplina para organização e funcionamento das unidades e do sistema.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Saúde e Qualidade de Vida	- Qualidade de vida como fator de satisfação profissional; Desenvolvimento de competências e qualidade de vida no trabalho; Papeis sociais, relações sociais: desenvolvimento pessoal, relações afetivas, a importância do equilíbrio entre trabalho e descanso, entre dever e lazer.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Defesa Pessoal e Técnicas de Tonfa	- Uso de técnicas de defesa pessoal como forma de proteção à integridade individual; Técnicas de tonfa e situações aplicáveis.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Gerenciamento de Crises e Situações de Emergência	- A crise na unidade; Identificação de elementos de crise (potenciais e efetivos); Solução de Problemas; Mediação de conflitos como resolução do conflito; Situações de emergência: saúde, ameaças e vulnerabilidades, combate ao incêndio; A crise no sistema; Noções de Primeiros Socorros.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Inteligência Penitenciária	- Finalidade e Objetivos da Inteligência Penitenciária; Importância para a segurança da unidade e do sistema; Informação e Inteligência: o SPF e sua importância.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.
	Trabalho em Equipe e Relações Interpessoais	- O espaço do trabalho no DEPEN e unidades penitenciárias federais: equipes e comunicação; Equipes integradas, unidades eficientes e seguras; Comunicação interpessoal e relacionamento profissional.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Intervenção Tática em Ambiente Prisional	- Utilizar corretamente as técnicas de condução, imobilização e intervenção em ambiente carcerário, em conformidade com o uso progressivo da força e atribuições inerentes ao cargo de Agente Penitenciário Federal.	Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino médio (antigo segundo grau) ou curso técnico equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

Formação Complementar	Políticas Sociais para o Sistema Prisional	- O Sistema Único de Saúde brasileiro e a universalização de seu acesso para as populações prisionais. Desafios de gestão descentralizada e territorializada: a PNAISP: resultados e problemas. Ações complementares de saúde para a população prisional. Especificidades de atenção e serviços. A universalização do acesso à educação básica, média e superior. O Enem e o Sistema. Remição e outros benefícios. Qualificação Profissional e o Pronatec. Alfabetização de Jovens e Adultos. Educação a Distância no Sistema Prisional: horizontes e desafios. Gestão descentralizada da educação no Sistema: possibilidades. Trabalho e renda no Sistema Prisional. Oficinas de trabalho: exemplos de boas práticas na qualificação profissional. A remição e o trabalho. Regimes e trabalho. Desafios para o regime fechado: ausência de incentivos e investimentos. Assistência Social como política de atenção a pessoas privadas de liberdade, seus familiares e egressos. Inserção profissional. Auxílio-Reclusão. Interpolações entre exclusão social, renda e encarceramento no Brasil. Convivência familiar e comunitária. Arranjos federativos para implementação de políticas sociais: o desafio da agenda brasileira para o século XXI. Transversalidade e integralidade das políticas sociais.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Diagnósticos sobre o Sistema Prisional	- População prisional: perfis demográficos e dados analíticos sobre diversidade das populações no sistema prisional. Elaboração de relatórios de análise. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Sisdepen como instrumento de gestão e estatísticas. Metodologias quantitativas aplicadas ao sistema prisional. Análise de dados qualitativos e quantitativos sobre o sistema.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Comunicação Social aplicada	- O fenômeno do cárcere e os discursos hegemônicos sobre penas e prisões. Alternativas e saídas para a questão. A importância da Comunicação para a Gestão de crises no sistema. Fluxos de comunicação interna: a produção de informações no DEPEN (relativas ao Sistema Penitenciário Federal e no diálogo com os sistemas estaduais). Informações sigilosas e restritas e a inteligência penitenciária. Comunicação institucional: o DEPEN como área da Justiça.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Criminologia	- Noções de Criminologia e Política Criminal; Teorias penais e teorias criminológicas; Contemporâneas; Mecanismos institucionais de criminalização: Lei penal, Justiça Criminal e Prisão; Processos de criminalização e criminalidade; Cifra oculta da criminalidade; Mídia e criminalidade	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Organizações Criminosas	- Principais organizações criminosas atuantes nos Estados; Lei nº 12.850/2013; Lei nº 9.613/1998.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em qualquer área de formação, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Licitações e Contratos	- Licitação – forma específica pelo qual a Administração Pública contrata. Modalidades: Valor; Objeto; Dispensa de Licitação; Inexigibilidade de Licitação. Gestão de contratos. Tipos de Contrato. Obrigatoriedade de Contrato. Clausulas Contratuais Obrigatórias. Extinção e Rescisão de Contratos.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas, Sociais, e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Finanças e Orçamento	- Orçamento na Constituição da República. Art. 165. Orçamento público; Receita; Despesa; O ciclo orçamentário; Geração da despesa; Liquidação da despesa; Programação e Contabilidade Financeira.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas, Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Gestão de Pessoas	- Conceitos, importância, relação com os outros sistemas de organização.; A função do órgão de Gestão de Pessoas: atribuições básicas e objetivos, políticas e sistemas de informações gerenciais; Comportamento organizacional: relações indivíduo/ organização, motivação, liderança, desempenho; Lei nº 8112/90, Lei nº 10.693/2003 e Lei nº 12.778/2012.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Exatas, Sociais e/ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Segurança da Informação	- Noções de segurança física e lógica. Configuração de ativos de segurança: firewall e proxies. Noções de VPN. Listas de acesso, mecanismos de autenticação e certificação digital. Conceito de criptografia e de chaves assimétricas. Sistemas de detecção de intrusão. Softwares maliciosos (vírus, spywares, rootkit, etc). Noções das normas ISO 27001 e ISO 27002.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

Formação Complementar	Sistemas Operacionais	- Servidores Microsoft Windows. Instalação e suporte de TCP/IP, DHCP e DNS. IIS e Terminal Service. Serviços de arquivo e impressão em rede. Linguagens de Script (BAT). Estações de trabalho MS-Windows: instalação e configuração de ambiente e dispositivos. Servidores Linux. Instalação e suporte a TCP/IP, DHCP, DNS, NFS, CIFS, NFS e serviços de impressão em rede. Instalação e configuração do Servidor Apache. Integração com ambiente Windows. Linguagens de Script.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Noções sobre o princípio da individualização da pena e da Comissão de Classificação Técnica (CTC)	- Conceituar a individualização da pena; Apresentar a função da CTC; Refletir sobre a reintegração social dos presos;	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Efeitos do aprisionamento	- Expor os fenômenos (domesticação, infantilização, despersonalização) da prisionização; Apresentar os efeitos dos transtornos mentais mais prevalentes na população carcerária; Apresentar efeitos possíveis do adoecimento psíquico do servidor que atua na execução penal.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Importância das políticas públicas para a garantia dos direitos	- Apresentar alguns exemplos de boas práticas e o impacto dessas políticas no comportamento dos presos; Trabalhar as assistências como política de garantia de direitos. Fluxograma de atendimentos (odontológico, médico, psicológico, pedagógico)	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Acompanhamento da execução da pena e desenvolvimento de plano de individualização da pena	- Orientar a elaboração da compilação dos dados coletados; Apresentar as formas de observação e investigação dos comportamentos a fim de subsidiar a CTC e consequentemente o plano individualizador. Simular uma CTC por meio de estudo de caso; Elaborar um plano individualizador como proposta de intervenção.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Oficinas Temáticas (Saúde, Educação, Trabalho e Serviço Social)	- As oficinas temáticas visam a discussão quanto ao cotidiano das Assistências aos Presos reclusos nas Penitenciárias Federais. Os alunos participarão destas conforme suas áreas de formação inicial: Saúde (Enfermeiros, Psicólogos, Farmacêuticos e Técnicos de Enfermagem), Serviço Social (Assistentes Sociais) e Educação e Trabalho (Pedagogos e Terapeutas Ocupacionais).	Conclusão de curso técnico e/ ou de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Noções de Linguagem de Programação	- Lógica. Estrutura de programação. Linguagens de Script.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Gerência de Projetos	- Conceitos básicos. Alocação de recursos. Cronograma. Estrutura Analítica do Projeto (EAP)	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Arquitetura e Tecnologias de Sistemas de Informação	- Conceitos básicos. Workflow e gerenciamento eletrônico de documentos. Arquitetura cliente-servidor. Arquitetura orientada a serviço. Arquitetura distribuída. Arquitetura de Mainframe. Conceitos básicos de Datamining e Datawarehouse.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em ciências Exatas e Engenharias, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Assistências na Execução Penal	- Assistências na Lei de Execução Penal. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (Portaria MJ/MS nº 1, de 02/01/2014). Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional. (Decreto nº 7.626/2011). Resoluções do CNPCP: Resolução nº 4/2014 – Assistência à Saúde; Resolução nº 1/2014 – Atenção em Saúde Mental; Resolução nº 3/2009 – Diretrizes de Educação; Resolução nº 8/2009 – Assistência Religiosa.	Conclusão de curso técnico e/ ou de graduação de nível superior em Ciências Sociais, Humanas e/ ou Saúde, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.
	Políticas de atenção ao egresso e de reintegração social. Egressos do SPF	- Assistência social e trabalhos voltados ao egresso do sistema; A estigmatização social do egresso e suas dificuldades de reintegração; Egressos do SPF: retorno à liberdade e retorno ao sistema dos Estados; Regime Disciplinas Diferenciado - RDD e seus efeitos; Reflexões sobre o RDD.	Conclusão de curso de graduação de nível superior em Ciências Sociais e/ ou Humanas, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIIS

3. DAS INSCRIÇÕES

- 3.1 Os interessados deverão encaminhar, via correio eletrônico, no período de **21 janeiro a 31 janeiro de 2016**, o requerimento de inscrição (Anexo) e os certificados e/ ou declaração comprobatórias dos dados informados, para a ESPEN, no endereço ou espen.cfp2016@gmail.com.
- 3.2 A verificação posterior de documentação incompleta terá implicações na pontuação dos candidatos e poderá incidir na desclassificação no presente processo seletivo.
- 3.3 O candidato deverá preencher a ficha anexa, indicando a pontuação obtida em conformidade com os critérios estabelecidos por este Edital, conforme sua experiência profissional (inclusive docente), e titulação acadêmica, conforme o caso.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- 4.1 - A seleção de candidatos para atuar como docentes nas disciplinas ministradas no curso de formação profissional será realizada por meio de análise curricular e com base nos critérios estabelecidos pelos eixos, conforme a seguir:

4.1.1 Eixo Introdutório: "Compreender o lugar que a prisão ocupa no conjunto de formas de punição presentes na sociedade contemporânea, a partir de suas transformações sob os diferentes aspectos jurídicos, sociais, políticos, sociológicos e culturais."

EIXO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Eixo Introdutório	F1	Fundamentos históricos do controle punitivo	10
	F2	Fundamentos políticos e sociológicos da prisão e da pena	14
	F3	Fundamentos jurídicos da responsabilização criminal	16

Critérios objetivos:

1. Pós-Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), Direitos Humanos, Políticas Públicas, Administração Pública, Multidisciplinar, Ciências Humanas.
0,5 ponto - especialista; 1,0 ponto - mestre; 2,0 pontos - doutor)
Máximo: 2,0 pontos (não são cumuláveis)
2. Experiência em atividades de Ensino nas áreas de titulação acima. 1,0 ponto por ano de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
Máximo: 3,0 pontos
3. Experiência docente em curso de capacitação profissional: até 1,0 por curso; máx: 3,0 pontos
4. Atuação como docente em capacitação, seminários, congressos correlatos à disciplina pleiteada..
0,5 ponto por curso. Máx. 2,0 pontos.

Total/ Máximo permitido no Eixo Introdutório: 10 pontos

4.1.2 Eixo Intermediário: "Relacionar a organização administrativa e as atribuições do DEPEN com o ciclo de políticas públicas penitenciárias: formulação/elaboração, execução, monitoramento e avaliação."

EIXO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Eixo Intermediário	I1	Administração Pública aplicada ao Sistema Penitenciário Nacional	16
	I2	DEPEN: organização e atribuições	10
	I3	População prisional e Políticas Públicas	20
	I4	Participação Social e controle da Execução Penal	14
	I5	Sistemas de Informação e Gestão Penitenciária	20

Critérios Objetivos:

1. Pós-Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), Direitos Humanos, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Assistência Social, Estatística, Administração Pública, Multidisciplinar, Ciências Humanas.
Especialista: 0,5 ponto; Mestre: 1,0 ponto; Doutor: 2,0 pontos.
Máximo: 2,0 pontos (não são cumuláveis)
2. Experiência em atividades de Ensino nas áreas de titulação acima. 1,0 ponto por ano de experiência. Máximo: 3,0 pontos
3. Experiência docente em curso de capacitação profissional.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIIS

Até 1,0 ponto por curso. Máximo: 3,0 pontos.

- Experiência profissional em atividades de gestão, assessoramento e direção no Departamento Penitenciário Nacional e/ ou sistemas penitenciários estaduais.
0,5 ponto por ano de experiência. Máximo: 1,0 ponto
- Experiência Profissional em atividades de participação social na Execução Penal (ONGs; movimentos sociais, integrantes em conselhos relacionados a execução penal: Conselho Penitenciário/ Conselho Comunidade,/CNPCC etc.).
0,5 ponto por ano. Máximo: 1,0 ponto

Total/ Máximo permitido no Eixo Intermediário: 10 pontos

4.1.3 Eixo Avançado 1: Compreender a dimensão integral de funcionamento da unidade e do Sistema Penitenciário Federal, por meio da aplicação de Protocolos Básicos de Atenção, Tratamento e Custódia a Pessoas Privadas de Liberdade como essenciais à segurança integral da Unidade e do Sistema Prisional (das pessoas que nela estão e trabalham)

EIXO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Eixo Avançado 1	A1	Tratamento Penitenciário	20
	A2	Educação Física	16
	A3	Uso Progressivo e Proporcional da Força	10
	A4	Segurança Penitenciária	24
	A5	Técnicas e Tecnologias Menos Letais	16
	A6	Armamento e Tiro	76
	A7	Ética Profissional	14

Critérios Objetivos:

- Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário Federal. 1,0 ponto por ano de experiência. Máximo de 3,0 pontos.
- Atuação como docente em capacitação, seminários, congressos correlatos a disciplina pleiteada..
0,5 ponto por curso. Máx. 2,0 pontos.
- Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada em capacitações ofertadas pela ESPEN.
1,0 ponto por curso. Máx. 3,0 pontos.
- Participação em cursos de capacitação seminários, congressos correlatos a disciplina pleiteada.
0,5 ponto por curso. Máximo. 2,0 pontos

Total/ Máximo permitido no Eixo Avançado 1: 10 pontos.

4.1.4 Eixo Avançado 2: Compreender a importância de suas condições pessoais (físicas, psicológicas, éticas, relacionais, e sua proteção e dos demais) no exercício das funções desempenhadas, e, a partir delas, utilizar técnicas e conhecimentos para a solução de crises e situações excepcionais de emergência.

EIXO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Eixo Avançado 2	AA1	Procedimentos de Escolta	30
	AA2	Procedimentos Disciplinares e Correcionais aplicados à Pessoa Privada de Liberdade	12
	AA3	Saúde e Qualidade de Vida	20
	AA4	Defesa Pessoal e Técnicas de Tonfa	25
	AA5	Gerenciamento de Crises e Situações de Emergência	16
	AA6	Inteligência Penitenciária	16
	AA7	Trabalho em Equipe e Relações Interpessoais	15



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

	AA8	Intervenção Tática em Ambiente Prisional	30
--	-----	--	----

Critérios Objetivos:

1. Experiência profissional no exercício das funções da carreira do Sistema Penitenciário Federal. 1,0 ponto por ano de experiência. Máximo de 3,0 pontos.
2. Atuação como docente em capacitação, seminários, congressos correlatos a disciplina pleiteada.. 0,5 ponto por curso. Máx. 2,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada em capacitações ofertadas pela ESPEN. 1,0 ponto por curso. Máx. 3,0 pontos.
4. Participação em cursos de capacitação seminários, congressos correlatos a disciplina pleiteada. 0,5 ponto por curso. Máximo. 2,0 pontos

Total/ Máximo permitido no Eixo Avançado 1: 10 pontos.

4.1.5 Formação Complementar: Compreender as especificidades de cada área de atuação, focando nas atribuições desempenhadas e no papel que exercem dentro do Sistema Penitenciário Nacional.

EIXO	CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Formação Complementar	FC1.1	Políticas Sociais para o Sistema Prisional	16
	FC1.2	Diagnósticos sobre o Sistema Prisional	14
	FC1.3	Comunicação Social aplicada	16
	FC1.4	Criminologia	14
	FC1.5	Organizações Criminosas	8
	FC1.6	Licitações e Contratos	15
	FC1.7	Finanças e Orçamento	10
	FC1.8	Gestão de Pessoas	15
	FC1.9	Segurança da Informação	14

Formação Complementar	FC1.10	Sistemas Operacionais	8
	FC1.11	Noções sobre o princípio da individualização da pena e da Comissão de Classificação Técnica (CTC)	6
	FC1.12	Efeitos do aprisionamento	4
	FC1.13	Importância das políticas públicas para a garantia dos direitos	4
	FC1.14	Acompanhamento da execução da pena e desenvolvimento de plano de individualização da pena	12
	FC1.15	Oficinas Temáticas (Saúde, Educação, Trabalho e Serviço Social)	20
	FC1.16	Noções de Linguagem de Programação	10
	FC1.17	Gerência de Projetos	10
	FC1.18	Arquitetura e Tecnologias de Sistemas de Informação	10
	FC1.19	Assistências na Execução Penal	30
	FCF.1	Políticas de atenção ao egresso e de reintegração social. Egressos do SPF	30



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

Critérios Objetivos:

1. Pós-Graduação nas áreas de Direito, Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política), Direitos Humanos, Políticas Públicas, Políticas Sociais, Assistência Social, Informática, Tecnologia da Informação, Estatística; Administração Pública, Multidisciplinar, Ciências Humanas.
Especialista: 0,5 ponto; Mestre: 1,0 ponto; Doutor: 2,0 pontos.
Máximo: 2,0 pontos (não são cumuláveis)
2. Experiência em atividades de Ensino, Pesquisa ou Extensão nas áreas de titulação acima.
0,5 ponto por ano de experiência comprovada (certificado de instituição e contatos de referência, além de descrição das atividades desenvolvidas).
Máximo de 2,0 pontos.
3. Atuação como docente em disciplina correlata a pleiteada em capacitações ofertadas pela ESPEN.
1,0 ponto por curso. Máx. 2,0 pontos.
4. Experiência docente em curso de capacitação, seminários, congressos correlatos a disciplina pleiteada.
1,0 por curso. Máximo: 2,0 pontos
5. Participação em cursos de capacitação correlatos a disciplina pleiteada.
0,5 ponto por curso. Máximo: 2,0 pontos

Total/ Máximo permitido na Formação Complementar: 10 pontos

4.2 O resultado preliminar da análise curricular será divulgado pela ESPEN.

4.2.1- Os dados informados nos itens da tabela supracitada somente serão pontuados se comprovados mediante apresentação de cópias de declarações ou certificados expedidos pelas instituições e assinados por representante devidamente autorizado, com indicação das atividades desempenhadas, carga horária e período.

4.2.2 - No critério Pós-graduação, será computada a pontuação da titulação de maior nível acadêmico apresentada (não cumulativo).

Da Vídeo- Aula

4.3 Os inscritos deverão enviar, para o e-mail espen.cfp2016@gmail.com arquivo .wma, .wmv, .mpg, .mpeg, .avi, .mov, .mp4, .3gp, .asf de vídeo, (contendo áudio) de aula expositiva com duração máxima de dez minutos, em que o candidato deverá expor, de forma didática, breve e sucinta, conteúdo de livre escolha do quadro constante do item 2 deste Edital (Componentes Curriculares). O conteúdo é de livre escolha do candidato, desde que pertinente com a(s) disciplina(s) que pretende ministrar como docente no Curso de Formação Profissional do Concurso das carreiras do Departamento Penitenciário Federal de 2016.

4.3.1 A vídeo-aula deverá ser ministrada pelo próprio candidato interessado, que deverá, obrigatoriamente, aparecer no vídeo e utilizar sua própria voz e corpo para demonstrar, apresentar e explicar o conteúdo objeto de sua vídeo-aula.

4.4 A vídeo-aula será avaliada com um máximo de 10 (dez) pontos, e considerará os seguintes critérios:

- a) didática; (2,5 pontos);
- b) clareza e dicção; (2,5 pontos);
- c) capacidade de transmissão de conhecimento; (2,5 pontos); e
- d) segurança sobre o conteúdo abordado. (2,5 pontos)

4.5. A Comissão Avaliadora da ESPEN reserva-se o direito de desclassificar o candidato que apresente qualquer tipo de fraude na produção do material audiovisual (vídeo-aula) ou desconformidade com os itens deste Edital.

4.6. O material enviado à ESPEN será considerado de caráter reservado, e terá o fim exclusivo de seleção no presente Processo Seletivo, não devendo ser divulgado para nenhuma finalidade que não a relativa ao processo regido por este Edital.

5. DO ALINHAMENTO DOS DOCENTES

5.1 - Os candidatos selecionados serão convocados para participar de Curso de Alinhamento para os docentes, a realizar-se nas dependências do Auditório Lucas Barbosa, na sede do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, em período a ser divulgado posteriormente.

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 As informações sobre o presente processo seletivo, bem como o resultado das etapas de seleção serão divulgados pela ESPEN.

6.2 Em situações de empate, o critério utilizado para desempate será a maior nota atribuída ao vídeo; permanecendo o empate após a aplicação do critério mencionado, a opção será pela idade dos candidatos, dando-se preferência ao de idade mais elevada, aferida de acordo com declaração na ficha de inscrição.

6.3 A ESPEN reserva-se o direito de alterar o período em que serão realizadas a análise curricular e de vídeo.

6.4 Ao final do processo seletivo, a ESPEN fornecerá certificação de participação no Curso de Alinhamento de Docentes.

6.5 Os participantes deste processo seletivo poderão solicitar a reconsideração do resultado, em até 2 (dois) dias úteis, após a divulgação do resultado preliminar.

6.6 Os casos omissos, referentes ao presente Processo Seletivo, serão apreciados pela Diretoria da Escola Nacional de Serviços Penais.

Brasília, 21 de janeiro de 2016.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
ESCOLA NACIONAL DE SERVIÇOS PENAIS

ANEXO - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DOCENTES

Nome Completo:					Data de Nascimento:	
					Sexo:	
CPF:			RG:			
E-mail:						
Endereço Residencial:						
Município:		UF		CEP		
Telefone (fixo)	()		Celular	()		
Instituição e Órgão de Lotação:						
Cargo Efetivo e ou Chefia:						
Endereço Comercial:						
Município:		UF:		CEP:		

Código da Disciplina pleiteada:		Nome da Disciplina:		
Formação mínima exigida:				
Critérios Objetivos da disciplina pleiteada/ pontuação: (Item 4 do edital)	Critérios Objetivos			Pontuação:
	1.			
	2.			
	3.			
	4.			
	5.			

Obs: Anexar ao requerimento de inscrição os certificados e/ ou declarações comprobatórias dos dados informados, para a ESPEN, no endereço cfp2016@mj.gov.br